

# ANEXO

## 2019

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	FUNDAÇÃO VIDA NOVA
Morada	Rua Afonso Lopes Vieira, nº.42
Código postal	2460-021
Localidade	Alcobaça

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	503196711
Classificação de atividade económica (CAE)	88910
Conservatória	
Capital social	92423

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

1



## ÍNDICE DO ANEXO

1)	Nota 1 - Identificação da entidade.....	3
2)	Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	3
3)	Nota 3 - Principais políticas contabilísticas.....	4
4)	Nota 4 - Fluxos de Caixa.....	8
5)	Nota 5 - Clientes.....	8
6)	Nota 6 - Fornecedores.....	8
7)	Nota 7 - Financiamentos obtidos.....	9
8)	Nota 8 - Estado e outros entes públicos.....	9
9)	Nota 9 - Inventário e ativos biológicos.....	9
10)	Nota 10 - Ativos fixos tangíveis.....	10
11)	Nota 11 - Associados e Membros.....	10
12)	Nota 12 - Resultados transitados.....	11
13)	Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos.....	11
14)	Nota 14 - Gastos com o pessoal.....	12
15)	Nota 15 - Outros gastos e perdas.....	12
16)	Nota 16 - Vendas e Serviços Prestados.....	12
17)	Nota 17 - Outros Rendimentos.....	13
18)	Nota 18 - Resultados financeiros.....	13
19)	Nota 19 - Eventos subsequentes.....	13
20)	Nota 20 - Entidades relacionadas.....	13
21)	Nota 21 - Informações exigidas por diplomas legais.....	13

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

2



**FUNDAÇÃO VIDA NOVA****Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019**

(Valores expressos em euros)

**1) Nota 1 - Identificação da entidade**

A FUNDAÇÃO VIDA NOVA, tem a sua sede em Alcobça, com o número de identificação fiscal (NIF) 503196711, com o CAE n.º 88910. A Fundação tem como atividade principal a ACTIVIDADES DE CUIDADOS PARA CRIANÇAS, SEM ALOJAMENTO..

**2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**a) Referencial Contabilístico

Em 2019 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com o referencial do Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC)

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

3



g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

**3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO VIDA NOVA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

---

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

4



As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

### 3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Fundação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Fundação. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

### 3.4. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Fundação, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Fundação tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Fundação nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

### 3.5. Imposto sobre o rendimento

Fundação encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

---

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

5



De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Fundação procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Fundação, periodicamente revisto e atualizado.

### 3.6. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

### 3.7. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### 3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

### 3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Fundação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

### 3.11. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

---

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

6



A Fundação reconhece réditos quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Fundação obtenha benefícios econômicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

### 3.12. Subsídios e outros apoios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Fundação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### 3.13. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

---

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

7



## 4) Nota 4 - Fluxos de Caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31-dez-19	31-dez-18
Caixa	764	635
Depósitos à ordem	12.113	2.686
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.877</b>	<b>3.320</b>

## 5) Nota 5 - Clientes

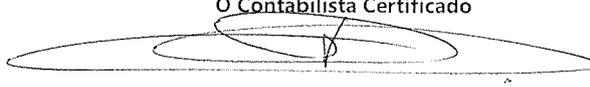
O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2019 e 2018 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31-dez-19	31-dez-18
Clientes c/c	37.910	35.980
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	(20.748)	(20.748)
<b>TOTAL</b>	<b>17.163</b>	<b>15.232</b>
Adiantamentos de Clientes	-	-

## 6) Nota 6 - Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2019 e 2018 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31-dez-19	31-dez-18
Fornecedores conta corrente	5.093	3.681
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.093</b>	<b>3.681</b>
Adiantamentos a fornecedores	-	-



## 7) Nota 7 - Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31-dez-19		31-dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	143.781	-	157.827
Descobertos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>143.781</b>	-	<b>157.827</b>

## 8) Nota 8 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31-dez-19	31-dez-18
<b>Ativo</b>	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
<b>Passivo</b>	<b>(6.019)</b>	<b>(5.942)</b>
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(1.119)	(1.173)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(4.865)	(4.728)
Outros impostos e taxas	(35)	(41)
<b>TOTAL</b>	<b>(6.019)</b>	<b>(5.942)</b>

## 9) Nota 9 - Inventário e ativos biológicos

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2019 e 2018, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31-dez-19	31-dez-18
Inventário inicial	349	296
Compras de inventários e act. biológicos consumíveis	8.762	8.745
Reclassificação e regularização de inventários e act. biológicos consumíveis	-	-
CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(8.962)	(8.692)
Inventário final	149	349



## 10) Nota 10 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2019.

	1-jan-19	Período	Transf.	Revaloriz.	31-dez-19
<b>Ativo bruto</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	303.631	-	-	-	303.631
Equipamento básico	36.021	-	-	-	36.021
Equipamento de transporte	20.739	-	-	-	20.739
Equipamento administrativo	23.061	-	-	-	23.061
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	383.452	-	-	-	383.452
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(57.353)	(6.073)	-	-	(63.426)
Equipamento básico	(34.897)	(270)	-	-	(35.167)
Equipamento de transporte	(20.739)	-	-	-	(20.739)
Equipamento administrativo	(22.349)	(318)	-	-	(22.667)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	(135.338)	(6.660)	-	-	(141.998)
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>248.114</b>	<b>(6.660)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>241.453</b>

## 11) Nota 11 – Associados e Membros

A decomposição de 2019 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

Doadores	-	-
Patrocinadores	-	-
Assoaciados/Membros-Saldos Devedores	-	-
Assoaciados/Membros-Saldos Duvidosos	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	0	0
Assoaciados/Membros-Saldos Credores	0	0
Lucros disponíveis	-	-
Empréstimos concedidos - Fund./Associados/Membros	-	-
Outras operações	130	130
<b>Total:</b>	<b>130</b>	<b>130</b>



**12) Nota 12 - Resultados transitados**

Por decisão da assembleia geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

**13) Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos**

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2019 e 2018:

<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
Subcontratos	62.700	30.931
<b>Serviços especializados</b>	<b>8.549</b>	<b>10.744</b>
Trabalhos especializados	7.002	6.878
Publicidade e propaganda	-	52
Vigilância e Segurança	254	284
Honorários	80	-
Comissões	-	-
Conservação e reparação	405	1.929
Outros	808	1.601
<b>Materiais</b>	<b>1.865</b>	<b>5.518</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	655	612
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	811	1.536
Artigos para oferta	-	-
Outros	399	3.370
<b>Energia e fluidos</b>	<b>4.932</b>	<b>7.937</b>
Eletricidade	3.575	5.886
Combustíveis	902	1.396
Água	456	655
Outros	-	-
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>1.510</b>	<b>1.403</b>
Deslocações e estadas	1.510	1.403
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
<b>Serviços diversos</b>	<b>11.347</b>	<b>7.482</b>
Rendas e alugueres	6.191	950
Comunicação	2.470	2.334
Seguros	1.050	1.449
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	20	25
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	1.132	2.038
Outros serviços	484	687
<b>TOTAL</b>	<b>90.903</b>	<b>64.015</b>



**14) Nota 14 - Gastos com o pessoal**

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2019 e 2018:

<b>GASTOS COM O PESSOAL</b>	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	194.818	184.800
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	41.318	38.437
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.012	1.991
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	1.191	1.280
<b>TOTAL</b>	<b>239.339</b>	<b>226.509</b>

**15) Nota 15 - Outros gastos e perdas**

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2019 e 2018:

<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
Impostos	477	313
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Donativos	-	88
Quotizações	328	308
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	4	27
<b>TOTAL</b>	<b>809</b>	<b>735</b>

**16) Nota 16 - Vendas e Serviços Prestados**

A decomposição de 2019 e 2018 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

<b>VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
Vendas de Mercadorias	-	-
Prestação de Serviços	83.549	83.656
<b>TOTAL</b>	<b>83.549</b>	<b>83.656</b>

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

12



**17) Nota 17 - Outros Rendimentos**

Os outros rendimentos discriminam-se como:

Empresa de demonstração		
OUTROS RENDIMENTOS	31-dez-19	31-dez-18
Quotas de Associados	-	-
Rendimentos de Equivalencia Patrimonial	-	-
Outros Rendimentos	2.792	4.624

**18) Nota 18 - Resultados financeiros**

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2019 e 2018:

RESULTADOS FINANCEIROS	31-dez-19	31-dez-18
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	5.797	5.782
Juros suportados	5.797	5.782
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	(5.797)	(5.782)

**19) Nota 19 - Eventos subsequentes**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

**20) Nota 20 – Entidades relacionadas**

A entidade não participa em qualquer entidade.

**21) Nota 21 - Informações exigidas por diplomas legais**

A Direção informa que a Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



